

HORAS EXTRAORDINÁRIAS

REGIME DE REVEZAMENTO

APLICAÇÃO DOS RECURSOS GERADOS PELO — DISPÕE SOBRE

EMENTA

Lei Complementar nº 19, de 25 de junho de 1974 Dispõe sobre a aplicação dos recursos gerados pelo Programa de Integração Social (PIS) e pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e dá outras providências. O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar: Art. 1º - A partir de 1º de julho de 1974, os recursos gerados pelo Programa de Integração Social - PIS e pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, de que tratam as Leis Complementares ns. 7, de 7 de setembro de 1970, e 8, de 3 de dezembro de 1970, respectivamente, passarão a ser aplicados de forma unificada, destinando-se, preferencialmente, a programas especiais de investimentos elaborados e revistos periodicamente segundo as diretrizes e prazos de vigências dos Planos Nacionais de Desenvolvimento - PND. Parágrafo único. Compete ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDE, elaborar os programas especiais e processar a aplicação dos recursos de que trata este artigo em investimentos, e financiamentos consoante as diretrizes de aplicação aprovadas pelo Presidente da República. Art. 2º - O Conselho Monetário Nacional estabelecerá as condições de repasse dos recursos ao BNDE, para efeito do disposto no artigo anterior, bem como as bases de remuneração dos serviços de arrecadação, de controle das contribuições e de distribuição de resultados, que permanecem a cargo das entidades a que foram atribuídos pela legislação específica de cada um dos programas referidos. Art. 3º - A presente Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o art. 6º, da Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, e demais disposições em contrário. Brasília, 25 de junho de 1974; 153º da Independência e 86º da República. Ernesto Geisel Mário Henrique Simonsen João Paulo dos Reis Velloso